ALIMENTAÇÃO – MAIS QUE CUIDAR: EDUCAR, BRINCAR E INTERAGIR

ANDREIA CONCEIÇÃO FERREIRA

RESUMO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físico, emocional, inteléctual e social, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394/96. As crianças, já na mais tenra infância, começam a vivenciar uma série de experiências sociais que envolve cuidado, respeito, cooperação, entre outros aspectos, que se dão em meio as práticas educativas, isso também, nos momentos da alimentação escolar. A alimentação é mais que cuidar e educar . Muitas açoes para incentivo de uma limentação saudável para bebes e crianças são selaborados e recomendado por todos os orgão estaduais e municipais. Alimentação traz reflexões e discussões em relação a vários aspectos, que vão além da questão alimentar e nutricional, envolvendo o olhar para as práticas sociais e culturais, perspectivas afetivas e emocionais, bem como envolvendo a sustentabilidade e a ecologia humana, e assim, ações educativas intencionalmente pensadas, que contribuem nesse processo.Este artigo vem mostrar as ações que envolvem a Educação Infantil . Usará-se a documentos da Prefeituras de São Paulo e autores que discutem o tema.

Palavras-chaves: Alimentação; Educação Infantil; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Fomentando um olhar sensível as questões que envolvem a alimentação saudável, em que, atendendo as recomendações higiênicos sanitárias, promoveu a troca dos utensílios da merenda escolar de plástico por vidro e inox, ocorrendo também, momentos de orientação para essa troca. A implementação se deu, inicialmente, em dez Unidades Escolares Públicas (UE) com características diferenciadas, e foi ampliado para as escolas que ofertam Educação Infantil

Diante de tal proposta, a parceria entre as Diretorias de Educação Infantil e a Diretoria de Alimentação Escolar foi imprescindível para a constituição dos conhecimentos e saberes compartilhados envolvendo o campo da Educação, Nutrição, Agronomia, Ecologia, e também, alguns relatos de experiências das Unidades Escolares Públicas e Intuições educacionais p arceiras, tanto do trabalho pedagógico desenvolvido por professoras, como os desenvolvidos pelas nutricionistas das redes .

A alimentação e nutrição apresenta os eixos integradores cuidar e educar, brincar e interagir, de modo indissociável, na rotina da alimentação escolar, e em saberes que podem ser agregados para que os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas possam desenvol- ver uma alimentação adequada e saudável para além do espaço da escola das infâncias, agregando assim, os princípios (éticos, políticos e estéticos), os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (brincar, conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se),e todas as experiencia expostas expostos no Currículo para Educação Infantil (2019).

Ao tratar dos mais diversos aspectos que envolve a alimentação, é preciso refletir sobre a concepção de criança expressa no Currículo em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) e na Base Nacional Comum Curri cular (BNCC), que compreende a criança como um ser de possibi lidades, em pleno processo de desenvolvimento, inserida na reali- dade social e cultural, abrindo assim, caminhos para novos olhares acerca da prática pedagógica, na constituição de aprendizagens pelas próprias crianças e na operacionalização dessa proposta no Projeto Político Pedagógico (PPP), envolvendo toda equipe da Unidade Escolar, pública ou parceira, em sua realização.

1.ALIMENTAÇÃO ADEQUADA É UM DIREITO

É importante destacar também, que o Direito humano à alimentação adequada e saudável (DHAA) é um direito básico e inalienável, que prevê a todas as pessoas acesso regular, permanente, irrestrito e de forma socialmente justa a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas que se adequem aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, ao ciclo da vida, as necessidades alimentares especiais, e sobretudo, que garantam o direito primordial à vida (LEÃO, 2013).O direito a uma alimentação saudável é apresentado como um dos princípios da Declaração dos Direitos da Criança (1959), assim como previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990). Esses d documentos dispõem que toda criança tem direito a alimentação e a crescer com saúde, sendo dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer e a outros aspectos essenciais que garantam o desenvolvimento integral desses indivíduos (BRASIL, 1990).

O momento da alimentação na Uni-

dade Escolar é oportuno para que as crianças aprendam a manusear os utensílios, utilizem todos os sentidos para conhecerem os alimentos e percebam as suas sensações de fome e saciedade, compreendendo a necessidade vital dos alimentos para o funcionamento do corpo humano e como componente social, bem como discutam sobre

É preciso entender que a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo do conhecimento que ultrapassa as barreiras da satisfação das necessidades biológicas, visando promover uma reflexão acerca das práticas alimentares saudáveis, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade e da ecologia humana, compreendendo a diversidade expressa nas práticas sociais.

O Currículo da Educação Infantil (2019), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), entende que a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem características próprias, ou seja, concepções e práticas específicas para atender às necessidades e direitos de aprendizagem e desenvolvimento próprias para esse período da vida.

A concepção de currículo é específica ao definir o trabalho pedagógico por meio de campos de experiências, portanto, não aborda conteúdos, disciplinas, nem tampouco, áreas do conhecimento, pois de acordo com os pressupostos teóricos que o alicerçam, os bebês e as crianças aprendem e se desenvolvem por meio da atividade.

Para as teorias abordadas no Instrução normativa para alimentação para Educação Infantil (2021) , da Cidade de São Paulo traz experiencias qu e guiam o desenvolvimento dos bebês é a comunicação emocional direta com o adulto; das crianças bem pequenas é a atividade objetal manipulatória, e a atividades trazem alimentação como eixo , tais experiencias permeiam o cotidianodo CEIs e da EMEIs na cidade de São Paulo

É importante ter em mente as concepções de educação, de bebês e crianças e de currículo da SEEDF, a fim de planejar ações que tenham significado para eles e ajudem a promover suas aprendizagens e desenvolvimento, tendo sempre em mente que a Educação Infantil é uma etapa específica que atende às infâncias.

Dito isto, cabe lembrar ainda, que os eixos integradores do Currículo para a Educação Infantil da Cidade de São Paulo que são educar e cuidar, brincar e interagir, e seus pressupostos teóricos não separam corpo e mente, afeto e intelecto, sujeito e meio, portanto, não separam educar de cuidar. Por vezes, no campo educativo, quando se reflete acerca da educação, privile- gia-se o aspecto cognitivo e quando se pensa acerca do cuidado, foca-se no corpo: alimentação, higiene, repouso. Porém, na Educação Infantil não é possível fazer essa separação, pois todas as ações são educativas e, ao mesmo tempo, de cuidado.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A ALIMENTAÇÃO

Segundo Ramos, Stein (2000),

Os estudos sobre hábitos alimentares na infância enfatizam que o comportamento da criança é influenciado, em primeiro lugar, pela família e, secundariamente, por outras interações. As estratégias utilizadas na hora da refeição são cruciais para ensinar a criança a realizar escolhas alimentares e sobre quantidades de consumo (RAMOS; STEIN, 2000 p. 22).

As inquietações dos responsáveis podem ser abordadas a partir do reconhecimento de possíveis inseguranças que tenham em relação à alimentação escolar, tais como: desconhecimento das etapas de transição da mamadeira para o copo e do alimento pastoso para o sólido; o desconhecimento dos alimentos oferecidos na unidade; preocupação quanto à forma que será oferecido o alimento, seja por imposição ou pela falta de incentivo; se terá atenção individualizada na hora de se alimentar; discordância sobre os alimentos oferecidos na unidade pelo fato de não fazerem parte do hábito alimentar familiar, como por exemplo, consumo de leite de vaca, carnes, verduras e legumes, ou pelo fato da família já oferecer em casa.

É importante que os gestores da unidade insiram momentos de integração entre os diferentes membros da equipe em ações de formações, reuniões pedagógicas e projetos da UE, valorizando a participação de todos, respeitando suas opiniões e partilhando saberes entre a comunidade educativa. Porém, para que essa participação seja efetiva e consciente, é necessário que todos participem dos momentos formativos e que seja uma ação consolidada no PPP.

Não se pode perder de vista a importância de investir na formação in loco, continuada, de gestores, professores, auxiliares educacionais, cozinheira(o), auxiliares de cozinha e limpeza, a fim de qualificar e humanizar o momento de alimentação por meio da observação, planejamento e reflexão sobre boas práticas. Assim, as educadoras precisam ser protagonistas nesse processo tanto quanto se deseja que os bebês e as crianças sejam protagonistas da ação educativa.

Ressalta-se o potencial da cozinheira na formação de hábitos alimentares saudáveis de bebês e crianças, sendo importante integrá-la nos momentos de formação para alinhamento das práticas pedagógicas. Tanto às unidades da rede parceira quanto às

unidades atendidas por empresa terceirizada , que ainda não fazem a formação, precisam investir nessa integração de equipes.

A premissa é de que a formação é para todos, deve ser garantida pela equipe gestora e, portanto, não cabe no dia de reunião pedagógica, por exemplo, ser o dia da faxina ou da cozinheira(o) fazer um almoço especial.

As mediações dos adultos que apoiam as crianças nos momentos de alimentação precisam ser pauta de formação. As atitudes e falas recorrentes no cotidiano educacional devem ser trabalhadas de forma a modificar aquelas que não são desejáveis.

Portanto, abordar a questão da alimentação para a família esclarece sobre como a unidade se organiza para esses momentos, a rotina alimentar do dia, apresentação do cardápio, aleitamento materno, alimentação saudável, obesidade infantil, estratégias no atendimento às crianças com dificuldade de se alimentar na unidade, consumo excessivo de alimentos ultraprocessados (salgadinhos, biscoitos, refrigerantes etc.), ampliando e fortalecendo as relações entre famílias e UEs.

Os temas acima podem ser abordados em vários momentos, seja no momento da matrícula, em reunião com os responsáveis, anotações na agenda, reuniões individuais, encontros formativos, conversa com a(o) nutricionista em eventos da unidade.

Essa investigação deve ser ampliada aos períodos sazonais de cultivo dos alimentos con- sumidos, estabelecendo relações entre os ali- mentos e as estações do ano, bem como o clima mais evidenciado no período investigado.É importante refletir se, ao elaborar projetos que contemplem diversas culturas, oportuniza-se que os bebês e as crianças se reconheçam e reconheçam o outro, no seu percurso investigativo de expressão oral, corporal e artística; na aprendizagem dos processos de fala e escuta, para que compartilhem suas experiências e vivências sociais e culturais. Cabe destacar as vivências dos bebês e das crianças nos seus contextos sociais e culturais quanto às manifes- tações relacionadas às festividades que eviden- ciem os processos de produção de alimentos de cada comunidade, aos seus hábitos alimentares incluindo as relações afetivas contidas nas esco- lhas alimentares e práticas sociais.

É importante dizer que, para os pressupostos teóricos do Currículo ,a alimentação humana é diferente da alimentação dos outros animais, pois estes comem para saciar uma necessidade biológica, enquanto os humanos alimentam-se, também, como prática social.

É importante ressaltar que o trabalho educativo com a alimentação é uma prática social prevista no Currículo da Educação Infantil (2019), então não pode ser realiza-a de qualquer jeito, apressadamente.Assim, como as demais vivências no cotidiano da escola das infâncias, é preciso planejar os tempos e os espaços. É primordial que nessa organização em todas as demais, se leve em conta o tempo dos bebês e das crianças e não dos adultos.

As refeições não devem ser servidas no horário mais conveniente para que a equipe da cozinha lave os utensílios, organize o ambiente e fique livre de seus afazeres mais cedo, desconsiderando as necessidades dos bebês e das crianças.

Além da organização do horário em que serão servidas as refeições é conveniente lembrar que cada bebê e cada criança tem seu ritmo próprio, alguns se alimentam mais rapidamente, outros preisam de um tempo maior, cabendo à professora ou professor respeitar as especificidades e necessi- dades dos bebês e das crianças, lançando mão de alternativas que as contemplem. Como citado anteriormente, de acordo com os pressupostos teóricos do Currículo, o protagonismo na escola das infâncias é sempre triplo: dos bebês e crianças, da professora ou professor e da cultura.

O projeto de alimentação na Educação Infantil, portanto, se propõe possibilitar a participação dos bebês e das crianças para desenvolver a autonomia, a autorregulação e o desenvolvimento volitivo.

Nesse aspecto, é importante que docentes e demais profissionais que acompanham os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas durante as refeições, apresentem essa prática social cotidianamente. O que seria isso? Aproveitar o momento das refeições para con- versar, estreitar laços, celebrar, tomar consciência sobre aromas, sabores e cores. Mas, curiosamente, na escola das infâncias, muitas vezes, a refeição é apresentada, apenas, como neces- sária para a sobrevivência, assim, é exigido silêncio, em vez de orientar que se fale baixinho.

O ambiente da refeição deve ser alegre, mas sem causar desconforto auditivo e, com os bebês, sobretudo, é importante conversar com eles e não fazer desse momento uma produção em série, colocando uma colher atrás da outra na boca do bebê, mecanicamente.

Acerca da autonomia, é fundamental incentivar o autosservimento por parte das crianças. Foi citado anteriormente, que o currículo das infâncias entende os bebês e as crianças como seres capazes, não cabendo duvidar de sua capacidade de manusear prato de vidro, talheres de aço e, quando orientadas, as crianças prestam mais atenção nas ações de segurar os utensílios e no

deslocamento no refeitório para evitar acidentes. Cabe ressaltar que as crianças devem ser orientadas a como proceder, caso algo se quebrem.

Com relação aos bebês, é possível ajudá-los no autosservimento, como por exemplo, incentivando-os a segurar a mamadeira, o copo, e posteriormente, os instrumentos da cultura para o ato de se alimentar, bem como, no servimento de frutas e legumes, eles devem ser incentiva- dos a manuseá-los e orientados a descascá-los para experimentá-los.

3. MOMENTO DA ALIMENTAÇÃO TAMBÉM É APRENDIZAGEM

É fundamental que os bebês e as crianças experimentem sabores, cores, texturas e aromas dos alimentos, mas a educação alimentar vai para além dessas experiências práticas nos horários de refeição. É recomendável que, também, nas brincadeiras, se experimente e se aprenda sobre a importância da alimentação, afinal, as atividades, objetal manipulatória e de brincadeira são as que guiam o desenvolvimento integral dos bebês e das crianças.

Portanto, os bebês e as crianças devem brincar com utensílios utilizados na nossa cultura para a alimentação como: xícaras, copos, talheres, panelas, potes em geral, dentre outros devidamente higienizados, aprendendo como são utilizados. Também, podem brincar com frutas e legumes de brinquedo aprendendo sobre seus nomes, suas cores, seus tamanhos, formatos, peso e, ocasionalmente, inferir hipóteses acerca de seus sabores. Pode-se, também, organizar brincadeiras de modelagem de alimentos, frutas, verduras, entre outros, com massas de modelar caseira ou industrializada, areia do parquinho, ou argila.

Além disso, os bebês e as crianças podem ser provocados a pensar sobre alimentação nas atividades de desenho, modelagem, criação, dramatização, dentre outras. A literatura infantil, também, é um recurso indispensável para aproximar os bebês e as crianças do universo das boas práticas alimentares podendo ser utilizada para diversos fins como divertir, refletir e aprender

É imprescindível incentivar os bebês e as crianças a comer frutas, legumes e verduras, mas também, é fundamental estabelecer uma parceria sólida com as famílias, pois ainda, é comum que as crianças levem doces, salgadinhos e refrigerantes para o lanche, na escola das infâncias, portanto é necessário que as famílias se tornem parceiras nas ações educativas que promovam bons hábitos alimentares.

Deve-se pensar na alimentação de modo sustentável, que significa levar em conta a maneira como os alimentos foram cultivados e o impacto ambiental dessa produção. Dessa maneira, a alimentação é um assunto que envolve questões sociais, ambientais, de sustentabilidade, formação de bons hábitos e de apropriação da cultura humana, portanto, a alimentação é uma questão de educação.

Dessa maneira, a escola das infâncias deve propor ações educativas que envolvam os produtos da cesta verde e, considerando a opinião das crianças a respeito dos produtos que receberam, elaborar situações pedagógicas que contemplem os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, por meio dos cinco Campos de Experiências, como por exemplo, conversar com as crianças a respeito desses produtos

Cabe lembrar ainda, que os eixos integradores do Currículo da Educação Infantil são educar e cuidar, brincar e interagir, e seus pressupostos teóricos não separam corpo e mente, afeto e intelecto, sujeito e meio, portanto, não separam educar de cuidar. Por vezes, no campo educativo, quando se reflete acerca da educação, privilegia-se o aspecto cognitivo e quando se pensa acerca do cuidado, foca-se no corpo: alimentação, higiene, repouso. Porém, na Educação Infantil não é possível fazer essa separação, pois todas as ações são educativas e, ao mesmo tempo, de cuidado.

Ao ajudarmos os bebês e as crianças nas atividades cotidianas, como: banho, higiene pessoal, repouso, alimentação, possibilitamos a eles a apropriação de práticas sociais e culturais, ampliando suas experiências educativas. Assim, todas as práticas realizadas na Educação Infantil devem educar e cuidar, pois essa etapa da Educação Básica tem como objetivo a apropriação da cultura por parte dos bebês e das crianças e seu desenvolvimento multidimensional.

A alimentação é, portanto, uma ação educativa e de cuidado, assim como o repouso, a higiene, os projetos, os experimentos, os passeios, as brincadeiras e todas as relações entre adultos e bebês, adultos e crianças, crianças entre elas, com os elementos da cultura.

As atividades educativas relacionadas à alimentação devem possibilitar a investigação dos hábitos alimentares das culturas nas quais estamos inseridos, abordando elementos como as origens dos alimentos (campo/ urbano); as formas de apresentação (in natura, orgânicos, PANC, processados, ultraprocessados, dentre outros); os modos de preparo dos alimentos (crus, cozidos, fritos, assados), as propriedades dos alimentos (doces, ácidos, salgados, pastosos, líquidos, sólidos, dentre outros); os instrumentos culturais utilizados na alimentação, (talheres, hashi, as próprias mãos, dentre outros); os mobiliários (mesas, cadeiras, bancos, almofadas, esteiras, tapetes, dentre outros).

Essa investigação deve ser ampliada aos períodos sazonais de cultivo dos alimentos consumidos, estabelecendo relações entre os ali- mentos e as estações do ano, bem como o clima mais evidenciado no período investigado.

É importante refletir se, ao elaborar projetos que contemplem diversas culturas, oportuniza--se que os bebês e as crianças se reconheçam e reconheçam o outro, no seu percurso investigativo de expressão oral, corporal e artística; na aprendizagem dos processos de fala e escuta, para que compartilhem suas experiências e vivências sociais e culturais. Cabe destacar as vivências dos bebês e das crianças nos seus contextos sociais e culturais quanto às manifestações relacionadas às festividades que evidenciem os processos de produção de alimentos de cada comunidade, aos seus hábitos alimentares incluindo as relações afetivas contidas nas escolhas alimentares e práticas sociais.

Os pressupostos teóricos da Orientação Normativa (2019), a alimentação humana é diferente da alimentação dos outros animais, pois estes comem para saciar uma necessidade biológica, enquanto os humanos alimentam-se, também, como prática social. Desse modo, a alimentação constitui-se como elemento da identidade familiar, social e cultural. A alimentação humana difere a depender do local em que se vive, portanto, essa diversidade perpassa modos de plantar, colher, escolher, preparar e ingerir, pois, nas culturas o ato social de se alimentar pode configurar-se como momentos de partilha, de encontros, celebrações e eventos importantes. Curiosamente, na escola das infâncias esse momento, às vezes, é minimizado, reduzido à satisfação da necessidade corporal de alimentos.

É importante ressaltar que o trabalho educativo com a alimentação é uma prática social prevista no Currículo da Educação Infantil (2019), então não pode ser realiza- da de qualquer jeito, apressadamente. Assim, como as demais vivências no cotidiano da escola das infâncias, é preciso planejar os tempos e os espaços. É primordial que nessa organização em todas as demais, se leve em conta o tempo dos bebês e das crianças e não dos adultos.

As refeições não devem ser servidas no horário mais conveniente para que a equipe da cozinha lave os utensílios, organize o ambiente e fique livre de seus afazeres mais cedo, desconsiderando as necessidades dos bebês e das crianças.

Além da organização do horário em que serão servidas as refeições é conveniente lembrar que cada bebê e cada criança tem seu ritmo próprio, alguns se alimentam mais rapidamente, outros precisam de um tempo maior, cabendo à professora ou professor respeitar as especificidades e necessidades dos bebês e das crianças, lançando mão de alternativas que as contemplem.

Para tal, convém ainda envolver os bebês e as crianças no processo alimentar, propondo atividades como: o plantio, os cuida- dos e a colheita dos alimentos cultivados em horta es- colar; a realização de projetos para que os bebês e as crianças conheçam a importância da boa alimentação para o crescimento e o desenvolvimento saudáveis; o reconhecimento sobre a importância de variar a composição do prato e refletir sobre o reaproveitamento e desperdício dos alimentos

O Projeto alimentação na Educação Infantil: mais que cuidar, educar, brincar e interagir não é um trabalho à parte, desvinculado do Currículo da Educação Infantil, ao contrário, proporciona, por meio das interações e trocas, a apropriação das práticas sociais e culturais, dentre elas as práticas alimentares. Como citado anteriormente, de acordo com os pressupostos teóricos do Currículo, o protagonismo na escola das infâncias é sempre triplo: dos bebês e crianças, da professora ou professor e da cultura. O projeto de alimentação na Educação Infantil, portanto, se propõe possibilitar a participação dos bebês e das crianças para desenvolver a autonomia, a autorregulação e o desenvolvimento volitivo.

Nesse aspecto, é importante que docentes e demais profissionais que acompanham os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas durante as refeições, apresentem essa prática social cotidianamente. Aproveitar o momento das refeições para conversar, estreitar laços, celebrar, tomar consciência sobre aromas, sabores e cores. Mas, curiosamente, na escola das infâncias, muitas vezes, a refeição é apresentada, apenas, como necessária para a sobrevivência, assim, é exigido silêncio, em vez de orientar que se fale baixinho.

O ambiente da refeição deve ser alegre, mas sem causar desconforto auditivo e, com os bebês, sobretudo, é importante conversar com eles e não fazer desse momento uma produção em série, colocando uma colher atrás da outra na boca do bebê, mecanicamente.

Acerca da autonomia, é fundamental incentivar o autosservimento por parte das crianças. Foi citado anteriormente, que o currículo das infâncias entende os bebês e as crianças como seres capazes, não cabendo duvidar de sua capacidade de manusear prato de vidro, talheres de aço e, quando orientadas, as crianças prestam mais atenção nas ações de segurar os utensílios e no deslocamento no refeitório para evitar acidentes.

Cabe ressaltar que as crianças devem ser orientadas a como proceder, caso algo

se quebre. As crianças aprendem, nas práticas sociais educativas, a se autorregular, a compreender o quanto de alimento (porcionamento) é necessário para saciar suas necessidades e devem ser incentivadas a experimentar novos sabores, bem como a reaproveitar as sobras, de acordo com projetos desenvolvidos pela instituição educativa das infâncias que poderão abordar, inclusive, investigações acerca de Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANC. Deve-se observar, também, a importância de orientar as crianças acerca da destinação de cada tipo de resíduo, inclusive os dos produtos alimentares, considerando suas especificidades de separação e rotina da coleta seletiva local.

É fundamental que os bebês e as crianças experimentem sabores, cores, texturas e aromas dos alimentos, mas a educação alimentar vai para além dessas experiências práticas nos horários de refeição. É recomendável que, também, nas brincadeiras, se experimente e se aprenda sobre a importância da alimentação, afinal, as atividades, objetal manipulatória e de brincadeira são as que guiam o desenvolvimento integral dos bebês e das crianças.

Portanto, os bebês e as crianças devem brincar com utensílios utilizados na nossa cultura para a alimentação como: xícaras, copos, talheres, panelas, potes em geral, dentre outros devidamente higienizados, aprendendo como são utilizados. Também, podem brincar com frutas e legumes de brinquedo aprendendo sobre seus nomes, suas cores, seus tamanhos, formatos, peso e, ocasionalmente, inferir hipóteses acerca de seus sabores. Pode-se, também, organizar brincadeiras de modelagem de alimentos, frutas, verduras, entre outros, com massas de modelar caseira ou industrializada, areia do parquinho, ou argila.

É imprescindível incentivar os bebês e as crianças a comer frutas, legumes e verduras, mas também, é fundamental estabelecer uma parceria sólida com as famílias, pois ainda, é comum que as crianças levem doces, salgadinhos e refrigerantes para o lanche, na escola das infâncias, portanto é necessário que as famílias se tornem parceiras nas ações educativas que promovam bons hábitos alimentares.

Deve-se pensar na alimentação de modo sustentável, que significa levar em conta a maneira como os alimentos foram cultivados e o impacto ambiental dessa produção. Dessa maneira, a alimentação é um assunto que envolve questões sociais, ambientais, de sustentabilidade, formação de bons hábitos e de apropriação da cultura humana, portanto, a alimentação é uma questão de educação.

Após a realização das atividades, as professoras e os professores podem elaborar, com as crianças, gráficos demonstrativos de suas preferências alimentares, bem como elaborar atividades: de plantio de sementes; de reaproveitamento das sobras em compostagens; de elaboração de líquidos repelentes de pragas e de fertilizantes naturais. Por fim, ressalta-se a importância da manutenção do vínculo entre a instituição educativa das infâncias, famílias/bebês/crianças, devendo ser mantido em todas as ações educativas propostas, seja no ambiente presencial ou durante o atendimento educacional remoto.

CONSIDERAÇOES FINAIS

Viu-se nesta pesquisa a importância de um projeto conciso sobre alimentação, como a importância da alimentação na Educação Infantil. Mostra-se algumas formas de trabalho par a incentivar bebês e crianças que em alguns momentos tem resistência e seletividade. Após a realização das experiencias , as professoras e os professores podem elaborar, com as crianças, gráficos demonstrativos de suas preferências alimentares, bem como elaborar atividades: de plantio de sementes; de reaproveitamento das sobras em compostagens; de elaboração de líquidos repelentes de pragas e de fertilizantes naturais.

Por fim, ressalta-se a importância da manutenção do vínculo entre a instituição educativa das infâncias, famílias/bebês/crianças, devendo ser mantido em todas as ações educativas propostas, seja no ambiente presencial ou durante o atendimento educacional , enfatiza-se que a professora, o professor e toda equipe pedagógica pode integrar tais aprendizagens ao PPP e ao planejamento pedagógico, compreendendo as crianças em sua integralidade, problematizando a rotina das práticas alimentares, promovendo novos comporta- mentos e a experimentação de alimentos que são servidos na merenda escolar, ou em seu lar, podendo participar da compra dos alimentos, da sua escolha, do seu plantio, refletindo sobre sua origem, sobre o cuidado com o meio ambiente, participando do preparo dos alimentos e do cuidado em relação ao desperdício dos alimentos, aproveitamento, e também, destinação correta do lixo produzido.

Esses documentos entendem que a Educação Infantil não é assistencialista nem preparatória, mas uma etapa, a primeira da Educação Básica, que “abarca os direitos de aprendizagem voltados às reais necessidades e interesses das crianças, no sentido de proporcionar seu de- desenvolvimento integral. Definem a criança como sujeito de direitos, um ser ativo, capaz de exercer protagonismo em suas aprendizagens e desenvolvimento o protagonismo é triplo: dos bebês e crianças, da professora e do professor e da cultura.

É importante ter em mente as concepções de educação, de bebês e crianças e de currículo, a fim de planejar ações que tenham significado para eles e ajudem a promover suas aprendizagens e desenvolvimento, tendo sempre em mente que a Educação Infantil é uma etapa específica que atende às infâncias.

REFERÊNCIAS BIBLIIOGRAFICAS

MAHAM, Kathleen L.; ESCOTT-STUMP Sylvia; RAYMOND, Janice L. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MEIRELLES, Renata. Cozinhando no quintal. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. Programa Território do Brincar.

NASCIMENTO Raimunda Honorato do; ROSA Clélia Virginia. Sabor, saúde e afeto. Avisa lá, São Paulo, no 26, p. 15-17, abr. 2006.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Sistemas alimentares e nutrição: a experiência brasileira para enfrentar todas as formas de má nutrição. Brasília, DF: OPAS, 2017.

POULAIN, Jean-Pierre. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. 2a ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. Rev. Nutr., Campinas, v.16, no 3, p. 245-256, 2013. 68

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Orientação Normativa nº 01/2015: padrões básicos de qualidade na Educação Infantil Paulistana. São Paulo: SME/DOT, 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Portaria SME nº 8.764, de 23 de dezembro de 2016. Regulamenta o Decreto nº 57.379, de 13 de outubro de 2016, que institui no Sistema Municipal de Ensino a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. São Paulo: SME, 2016.